

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROJETOS SOCIAIS: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**
PUBLIC POLICIES FOR SOCIAL PROJECTS: A LITERATURE REVIEW

Clayrton Douglas Vidal Paes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).
clayrtondouglasvidal@gmail.com

Eviane Melgaço Vidal Paes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).
evianemelgaco@gmail.com

Cleide Alves De Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).
cleidealves.rr@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma revisão bibliográfica sobre o conceito, importância e aplicação social de políticas públicas e projetos sociais, com o objetivo de compreender suas estratégias, impactos e possíveis melhorias. Destaca-se a importância de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento social e a qualidade de vida. Na concepção discutida neste trabalho, não há uma definição única de política pública, mas que ela é um campo multidisciplinar envolvendo áreas como sociologia, ciência política e economia e apresenta-se como discussão e aplicação indispensável na atualidade. A análise busca compreender os processos políticos e suas relações com a sociedade e a economia, adotando uma perspectiva teórica que integra esses conhecimentos para uma compreensão mais aprofundada do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos Sociais; Políticas Públicas; Bem Estar da População

INTRODUÇÃO

O conceito de políticas públicas está intrinsecamente ligado à prestação positiva do Estado, surgindo historicamente como resposta organizada às demandas coletivas em áreas como saúde, educação, segurança, lazer, meio ambiente e demais dimensões do bem-estar social. Nessa perspectiva, políticas públicas não se restringem a meras ações governamentais, mas abrangem tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer, conforme defendido por Thomas Dye (1992). Essa abordagem ampla reconhece que a omissão estatal também configura uma escolha política, com impactos diretos na vida da população.

Com o advento do Estado moderno, especialmente a partir dos estudos de Harold Lasswell (1936), as políticas públicas passaram a ser analisadas não apenas como práticas administrativas, mas como objeto de estudo científico. Autores como Weber (1999) e Bobbio (1995) reforçam que a burocracia estatal e a obrigação do Estado de prover o bem comum foram fundamentais para a consolidação das políticas públicas como instrumentos de

intervenção social. Nesse cenário, os “projetos sociais” emergem como mecanismos concretos de implementação dessas políticas: enquanto as políticas públicas estabelecem diretrizes e horizontes, os projetos sociais as operacionalizam por meio de ações específicas, conforme aponta Bucci (2006).

Diante desse quadro, torna-se crucial investigar como esses dois conceitos políticas públicas e projetos sociais se articulam na prática, quais são seus impactos reais na sociedade e quais desafios persistem na sua efetiva aplicação. Assim, esta revisão de literatura é orientada pela seguinte questão de pesquisa: de que forma as políticas públicas se concretizam por meio de projetos sociais e quais são seus impactos e desafios na promoção do bem-estar coletivo?

A motivação para este estudo surge da necessidade de compreender com maior profundidade a relação entre as diretrizes normativas e teóricas das políticas públicas e sua materialização em projetos sociais reais, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e limitações institucionais. Compreender essa dinâmica é essencial para avaliar a eficácia da ação estatal e propor melhorias nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, aborda-se a definição e os fundamentos teóricos de políticas públicas e projetos sociais; em seguida, discute-se a importância das políticas públicas e seu impacto na sociedade; por fim, analisam-se os principais impactos e desafios enfrentados na aplicação dos projetos sociais. Ao final, apresentam-se as considerações conclusivas dos autores, além da metodologia utilizada na revisão e das referências bibliográficas consultadas.

A definição de políticas públicas e projetos sociais

O campo de estudo das políticas públicas evidencia uma área de estudo que foi sendo moldada com o passar dos anos e com a descobertas sociais. Assim, dois momentos marcam as políticas públicas sociais no contexto global, a passagem para o mundo moderno nos séculos XVI e XVII e no século XIX com o estado liberal. Em Marshall (1967) o autor retrata a transição do Estado liberal para o Estado social e faz referência ao surgimento dos direitos sociais e das políticas públicas. Essas mesmas políticas públicas que foram se modificando com a sociedade.

No Brasil, por exemplo, as diversas políticas públicas foram ganhando forma com a ratificação pelo Estado Brasileiro de tratados e leis internacionais, como o Tratado de Santo Idelfonso sobre os Direitos Humanos, eventos que implantaram modificações nas leis brasileiras. Não obstante, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 novas ordens no campo das políticas sociais foram introduzidas com a promulgação da carta magna onde constam diversos artigos sobre direitos sociais, como o artigo 5º da referida constituição.

Na visão de Lucchese *apud* Souza-Lima e Silva (2004, p. 04) as políticas públicas se materializam por intermédio da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto. Nesse sentido, é importante acompanhar todos os processos que implicam em sua implementação. Também se faz importante avaliar seus impactos no contexto social em que se fazem presentes.

Secchi, (2012, p. 04) entende que a definição de uma política pública deve focar na sua intenção em produzir uma resposta para um problema público. Neste caso, pouco importa se quem toma a decisão de implantar uma determinada política pública é uma personalidade jurídica estatal ou não.

Para Bucci (2006, p. 01), “as políticas públicas constituem temática oriunda da Ciência Política e da Ciência da Administração Pública”. Nesta ótica, percebe-se que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, mas de uma forma geral surgem como uma contraprestação do Estado em favor da coletividade social.

Souza (2006) ao analisar as obras de Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986) e Dye (1984) concluiu que não existe uma definição universal para políticas públicas, mas que esse conceito pode ser harmonizado com as práticas de ações de governo que produzem efeitos específicos, pois as políticas públicas são atividades do governo que influenciam a vida dos cidadãos e o governo escolhe fazer ou não fazer.

Apesar de não existir a definição universal e única para o conceito de políticas públicas, a definição mais conhecida de políticas públicas continua sendo a de Lasswell (1936), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

A abordagem adotada neste estudo reconhece que a política pública, assim como a política social, é um campo multidisciplinar que envolve conhecimentos de diversas áreas, como sociologia, ciência política, economia, antropologia, entre outras e envolve o

entendimento de todos os autores citados como: Marshall (1967), Secchi (2012), Bucchi (2006), Mead (1995), Peters (1986), Dye (1984) e Lasswell (1936).

A importância das políticas públicas e seu impacto na sociedade

Os avanços das políticas modernas até o momento atual da contemporaneidade traduzem que ao longo da história da humanidade as perspectivas humanas para o bem-estar social e qualidade de vida de forma coletiva foi ganhando novas formas. Nessa perspectiva, surge uma figura indissociável entre a produção das diretrizes emanadas do Estado e a concretização de projetos sociais, o profissional em Gestão Pública.

Segundo Albarello (2013), o gestor público é desafiado a acompanhar a evolução social e a reorganizar os processos de gestão, conduzindo mudanças, promovendo a participação social e estabelecendo estratégias complexas e contínuas. Tais ações repercutem na qualidade de vida da população e possibilitam, a longo prazo, o alcance do desenvolvimento sustentável.

Sobre o trabalho em gestão pública, que parte também da participação do Estado para o bem comum, Ferreira (2009), ressalta que o controle social constitui um requisito fundamental para a administração pública contemporânea em regimes democráticos. Esse princípio implica a garantia de transparência de ações e atos administrativos, bem como a institucionalização de canais de participação social.

A transparência administrativa constitui um dos pilares fundamentais da gestão pública contemporânea, pois assegura o acesso da sociedade às informações relativas às ações, decisões e utilização dos recursos públicos. A implementação de mecanismos que garantam a publicidade dos atos administrativos fortalece a confiança da população nas instituições e promove maior controle social sobre as políticas públicas.

Nesse sentido, a adoção de práticas transparentes não apenas cumpre dispositivos legais, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), mas também representa um compromisso ético com a promoção da integridade e da eficiência na administração pública.

A institucionalização de canais de participação social surge como complemento indispensável à transparência, pois amplia o envolvimento da comunidade na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Conselhos gestores, audiências públicas, ouvidorias, plataformas digitais de consulta e participação, entre outros espaços, possibilitam que diferentes segmentos da sociedade expressem suas demandas, fiscalizem ações governamentais e contribuam para decisões mais legítimas e representativas. Esses dispositivos participativos fortalecem a democracia deliberativa e ampliam a capacidade do Estado de responder a realidades complexas, valorizando o diálogo e a corresponsabilidade na gestão (Ferreira, 2009).

Além disso, a articulação entre transparência e participação social é essencial para a construção de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades da população. Quando os atos administrativos são divulgados de forma clara, acessível e tempestiva, a sociedade pode utilizar esses dados para avaliar resultados, propor melhorias e monitorar o cumprimento de metas.

Do mesmo modo, quando os canais de participação são efetivos e inclusivos, permitem que cidadãos historicamente excluídos tenham voz nas decisões governamentais. Assim, a combinação dessas duas dimensões, transparência e participação, fortalece a cultura democrática, combate práticas de corrupção e contribui para uma administração pública mais responsável, aberta e comprometida com o interesse coletivo (Albarelo, 2013)

Sobre a criação de canais de participação social por meio das políticas públicas, este constitui um viés democrático de transformação e atendimento das necessidades indispensáveis das comunidades coletivas, refletindo no modo de vida das pessoas. A trajetória da gestão público, como muito se faz referência a atuação estatal, mas as organizações privadas em parceria com o Estado também se orientam para trabalhar em projetos sociais, apesar de em alguns momentos atuarem predominantemente para a preservação e proteção dos interesses corporativos, especialmente de dirigentes e acionistas (Antunes, 2025).

A participação do Estado na formulação de diretrizes norteadoras das políticas públicas se evidencia de forma marcante em virtude da obrigatoriedade da administração pública em assegurar tratamento igualitário e de qualidade a todos os cidadãos, podendo adotar tratamentos diferenciados apenas nos casos previstos em lei. Em contraste, as organizações privadas recorrem a estratégias de segmentação de mercado, estabelecendo tratamentos diferenciados para determinados perfis de clientes (Dalmoro, 2021).

A gestão pública é financiada por recursos públicos, provenientes de contribuições compulsórias de cidadãos e empresas, que devem ser aplicados na oferta de serviços públicos

e na promoção do bem comum. Assim, os destinatários das ações governamentais são os cidadãos sujeitos de direitos e a sociedade, que demanda a realização do bem comum e o avanço do desenvolvimento sustentável.

Os impactos e desafios na aplicação dos projetos sociais

A implementação de projetos sociais tem se consolidado como uma estratégia fundamental para a redução de desigualdades e a promoção do desenvolvimento comunitário, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade socioeconômica. Esses projetos atuam como mecanismos de inclusão, oferecendo oportunidades de formação, acesso a serviços básicos e fortalecimento de vínculos sociais. Como destaca Antunes (2025), iniciativas sociais bem estruturadas podem transformar realidades ao promover autonomia e ampliar perspectivas de futuro para populações marginalizadas.

Entre os principais impactos observados na aplicação de projetos sociais está a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários, resultado de ações que envolvem educação, cultura, esporte, saúde e geração de renda. Segundo Rosa et al (2025), programas que oferecem atividades educativas e profissionalizantes contribuem diretamente para o desenvolvimento de habilidades e para o aumento da empregabilidade. Além disso, projetos voltados à convivência comunitária fortalecem laços afetivos e reduzem índices de violência em regiões vulneráveis.

Outro impacto relevante é o fortalecimento do capital social, entendido como a capacidade de cooperação e organização presente nas comunidades. Estudos de Dalmoro (2021) mostram que a participação em iniciativas coletivas aumenta o senso de pertencimento e mobiliza indivíduos para ações de interesse comum. Esse fortalecimento é essencial para a sustentabilidade das ações sociais, pois garante continuidade mesmo após o encerramento dos investimentos institucionais.

Além dos benefícios aos participantes, projetos sociais também impactam positivamente a gestão pública ao complementar políticas governamentais. Em muitos municípios, organizações da sociedade civil atuam onde o Estado não consegue chegar de forma plena, desenvolvendo ações de apoio em áreas como assistência social, prevenção à violência, estímulo ao protagonismo juvenil e inclusão produtiva. Segundo Antunes (2025), a

articulação entre políticas públicas e iniciativas comunitárias potencializa resultados e amplia o alcance das ações.

Apesar dos impactos positivos, a aplicação de projetos sociais enfrenta inúmeros desafios, tanto de ordem estrutural quanto operacional. Um dos desafios mais recorrentes envolve a falta de financiamento contínuo, que compromete a execução e impede a ampliação das ações. A pesquisa de Pereira, Santos & Inocente (2011) aponta que grande parte dos projetos depende de editais temporários, dificultando o planejamento a longo prazo e a consolidação de equipes técnicas qualificadas.

Outro desafio relevante diz respeito à capacitação profissional das equipes envolvidas. A atuação em projetos sociais exige competências diversas, que abrangem desde conhecimentos técnicos até habilidades socioemocionais. Entretanto, muitas organizações enfrentam dificuldades para oferecer formação adequada aos seus colaboradores. Conforme afirma Dalmoro (2021), a ausência de capacitação específica pode comprometer a qualidade das intervenções e reduzir o impacto das ações.

A burocracia institucional também se apresenta como um obstáculo significativo. Diversos projetos encontram barreiras em processos de prestação de contas, captação de recursos e legalização de atividades. De acordo com Dalmoro (2021), a complexidade das exigências formais aumenta a vulnerabilidade de pequenas organizações, que muitas vezes não dispõem de estrutura administrativa suficiente para atender às demandas legais impostas pelos financiadores públicos ou privados.

A avaliação de impacto é outro ponto crítico na execução de projetos sociais. Embora seja fundamental para medir resultados e orientar melhorias, essa etapa muitas vezes é negligenciada por falta de recursos ou desconhecimento técnico. Estudos apontam que apenas uma parcela reduzida das organizações tanto públicas quanto da sociedade civil adota metodologias sistemáticas de monitoramento e avaliação. Essa lacuna dificulta a identificação de avanços, a correção de rumos e o reconhecimento de limitações nas ações implementadas, comprometendo a aprendizagem institucional e a efetividade das políticas públicas (Secchi, 2018, p. 882; Brasil, 2020, p. 15).

Adicionalmente, a sustentabilidade dos projetos depende diretamente da participação contínua da comunidade. Contudo, conseguir esse engajamento é um grande desafio, especialmente em territórios onde há desconfiança histórica em relação às instituições. Para

Souza (2010), a participação comunitária só se consolida quando existe diálogo permanente, escuta ativa e respeito às especificidades culturais da localidade.

Outro desafio frequente é a articulação intersetorial, que envolve a integração entre escolas, unidades de saúde, conselhos comunitários, empresas e órgãos públicos. Tais parcerias são essenciais para potencializar resultados, mas nem sempre se concretizam devido a divergências de interesses, burocracia e falta de comunicação.

Os projetos sociais também enfrentam dificuldades relacionadas ao estigma e à resistência dos próprios beneficiários. Em muitos casos, indivíduos que vivem em contextos de vulnerabilidade possuem histórico de exclusão que dificulta a confiança em iniciativas externas. De acordo com Souza (2010), superar essa barreira requer a construção de vínculos afetivos e a criação de ambientes acolhedores que valorizem a autonomia e a dignidade dos participantes.

No campo tecnológico, a falta de acesso a ferramentas digitais limita a execução de projetos que dependem de plataformas online ou de comunicação remota. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, muitas iniciativas enfrentaram obstáculos pela ausência de conectividade nas comunidades. Bonilla & Oliveira (2011) apontam que a inclusão digital se tornou elemento central para a continuidade das ações sociais no contexto contemporâneo.

Outro impacto observado na aplicação de projetos sociais é o desenvolvimento da liderança comunitária. Iniciativas bem estruturadas estimulam o protagonismo de jovens, mulheres e lideranças locais, fortalecendo o tecido social da comunidade (Souza, 2010).

A inovação social também emerge como resultado da aplicação de projetos. A partir da identificação de problemas locais, as comunidades são estimuladas a criar soluções criativas, adaptadas às suas necessidades e realidades. Vale ressaltar ainda que ambientes colaborativos favorecem o surgimento de iniciativas inovadoras, capazes de gerar impacto social duradouro (Souza, 2010).

Assim, os impactos e desafios identificados na aplicação de projetos sociais evidenciam a complexidade desse campo de atuação. É necessário investir em políticas públicas, formação profissional, financiamento contínuo e práticas de gestão participativa para que essas iniciativas alcancem seu potencial transformador. Assim, como ressaltam Paiva, Stralen & Costa (2014), o fortalecimento dos projetos sociais depende da construção de redes sólidas, da valorização do conhecimento comunitário e da consolidação de processos democráticos.

Procedimentos metodológicos aplicados ao trabalho

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo bibliográfico, por basear-se em materiais previamente publicados, tais como artigos científicos, livros, dissertações e documentos institucionais. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador o contato direto com produções relevantes já elaboradas sobre o tema, permitindo a construção de uma análise crítica a partir de diferentes perspectivas teóricas. Além disso, o estudo adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender fenômenos sociais por meio da interpretação e da análise de significados, sem a preocupação de quantificação numérica, conforme aponta Minayo (2016).

Para a seleção do material, foram utilizados como principais bases de busca o Google Acadêmico e a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), por serem plataformas amplamente reconhecidas na comunidade científica e pela disponibilidade de textos completos e revisados por pares.

O processo de levantamento ocorreu a partir da definição de palavras-chave vinculadas ao objeto de estudo, tais como: “Projetos Sociais”, “Políticas Públicas” e “Bem-Estar da População”. A combinação dessas expressões permitiu a identificação de produções pertinentes, ampliando o escopo teórico e metodológico da investigação.

Após a identificação dos trabalhos, procedeu-se à leitura exploratória, seletiva e analítica, conforme orienta Severino (2017). Na etapa exploratória, buscou-se verificar a relevância do material; na seletiva, foram escolhidos os textos mais adequados ao objetivo da pesquisa; e na analítica, realizou-se a sistematização e interpretação das ideias centrais dos autores. Esse percurso possibilitou a construção de uma base teórica consistente, alinhada ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte trabalho demonstrou que políticas públicas e projetos sociais são instrumentos interdependentes para a promoção do bem-estar coletivo. As políticas públicas estruturam diretrizes gerais e metas governamentais, enquanto os projetos sociais representam

sua materialização prática, traduzindo orientações normativas em ações concretas junto à população. Assim, o estudo confirma que a efetivação das políticas ocorre principalmente por meio da execução de projetos voltados à educação, saúde, geração de renda, cultura e demais áreas sociais, reforçando o caráter multidisciplinar desse campo, que envolve conhecimentos de Sociologia, Administração Pública, Economia e Gestão Social.

Retomando o problema de pesquisa de que forma as políticas públicas se concretizam e quais seus impactos e desafios? verificou-se que os projetos sociais apresentam resultados significativos, sobretudo na inclusão social, no desenvolvimento comunitário e na ampliação de oportunidades educacionais e profissionais. A literatura aponta ainda o fortalecimento de vínculos sociais e aumento do capital social como impactos relevantes, demonstrando potencial transformador das iniciativas quando planejadas e executadas de forma adequada.

Entretanto, identificaram-se desafios recorrentes que limitam a efetividade dessas ações, tais como a descontinuidade de financiamento, burocracia excessiva, ausência de avaliação sistemática, fragilidade na capacitação técnica das equipes e baixa articulação intersetorial. A participação social essencial para legitimidade e controle público também se apresenta como ponto sensível, especialmente em contextos de vulnerabilidade e baixo engajamento comunitário. Tais limitações evidenciam a necessidade de aprimorar mecanismos de monitoramento, gestão, formação profissional e sustentabilidade financeira.

Conclui-se que o impacto das políticas públicas depende não apenas de sua formulação legislativa, mas sobretudo da capacidade dos projetos sociais em alcançar a realidade local de forma contínua e participativa. Dessa forma, recomenda-se o fortalecimento de estratégias colaborativas entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada, garantindo maior transparência, corresponsabilidade e efetividade. Sugere-se ainda que pesquisas futuras aprofundem metodologias de avaliação e estudos comparativos sobre modelos de gestão, contribuindo para avanços na implementação e qualificação das ações sociais.

Em síntese, políticas públicas tornam-se efetivas quando transformadas em práticas concretas por meio de projetos sociais sustentáveis, monitorados e socialmente participativos, capazes de promover, de fato, cidadania e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALBARELLO, C. B. **O Papel do Administrador na Gestão Pública**. Revista De Administração, 5(9), p. 49–71, 2013. Recuperado de <https://revistas.fw.uri.br/revistadeadm/article/view/878> Acesso em: 18/11/2025.

ANTUNES, Carlos H. Fortes. **Cidadania para todos**. A escola na mediação para a sustentabilidade da saúde social. In: Promoção e educação para a saúde: Inovação para a sustentabilidade e o bem-estar. Universidade de Évora, 2025. p. 271-282. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10427761>, acesso em 01 dez. 2025.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. **Inclusão digital: ambiguidades em curso**. Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, v. 2, 2011. <https://books.scielo.org/id/qfgmr/pdf/bonilla->, acesso em 01 dez. 2025.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BUCCI, Eliana Maria P. Políticas públicas e movimentos sociais. In: ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Paradigmas do capitalismo contemporâneo: políticas públicas e movimentos sociais**. Brasília: Unesco; São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 1-26.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Avaliação 2020**. Brasília: SAGI/ME, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sagi/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-de-avaliacao/relatorio-de-avaliacao-2020>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DALMORO, Marlon. **Cidadania e mercado: a constituição do mercado como um espaço de participação e pertencimento social**. Revista Interdisciplinar De Marketing (RIMAR), V. 11, N. 1, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marlon-Dalmoro/publication/351894932_Cidadania_e_Mercado_Participacao_e_Pertencimento_Social_Mediados_por_Interacoes_no_Mercado/links/60d3377ba6fdcce58bab4e58/Cidadania-e-Mercado-Participacao-e-Pertencimento-Social-Mediados-por-Interacoes-no-Mercado.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail, acesso em 02 dez. 2025.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 7. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 8. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

FERREIRA, André Ribeiro. **Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação**. 2009. Disponível em https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/126734/mod_resource/content/1/Modelo%20de%20excel%C3%Aancia%20em%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20no%20governo%20brasileiro%20import%C3%Aancia%20e%20aplica%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 18/11/2025.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LASSWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.
- LYNN, Laurence E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica: Goodyear, 1980.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- PAIVA, Fernando Santana de; STRALEN, Cornelis Johannes Van; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. **Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 02, p. 487-498, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rLmpxL6P79dchXQByLpnktn/?lang=pt>, acesso em 02 dez. 2025.
- PEREIRA, Julia Rossato Oliveira; SANTOS, Moacir dos; INOCENTE, Nancy Julieta. **As redes, seus desafios de implementação e o desenvolvimento sustentado**. *Latin American Journal of Business Management*, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/journal/article/view/30>, acesso em 02 dez. 2025.
- PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- ROSA, Isaias da Silva et al. **Aprendizagem baseada em projetos no ensino universitário: uma ponte entre universidade, empresas e comunidade**. *REVISTA DELOS*, v. 18, n. 73, p. e6881-e6881, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/6881>, acesso em 02 dez. 2025.
- SOUZA-LIMA, Maria de Fátima; SILVA, Rosângela Alves da. **Políticas públicas: teoria e prática**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- SECCHI, Leonardo Augusto de Araújo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SECCHI, Leonardo Augusto de Araújo. Avaliação de políticas públicas no Brasil: balanço e desafios. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 5, p. 873–892, set./out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170201>. Acesso em: 10 jan. 2026
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- SILVA, C. L., SOUZA-LIMA, J. E. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Celine. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura. Dossiê Sociedade e Políticas Públicas, Sociologias (16), dez. 2006. Disponível em <<https://al.rr.leg.br/programa-de-defesa-dos-direitos-humanos-e-cidadania/#:~:text=O%20Programa%20de%20Defesa%20dos%20Direitos%20Humanos,%C3%A0s%20pessoas%20que%20est%C3%A3o%20vivenciando%20opress%C3%A3o%20e>>
Acesso em: 25 de maio de 2025.

SOUZA, Doralice Lange de et al. **Determinantes para a implementação de um projeto social**. Motriz: Revista de Educação Física, v. 16, p. 689-700, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/jQpk4m3cSXCd7WVCC4dzRDL/?lang=pt>, acesso em 02 dez. 2025.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Régis Barbosa et al. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Forense, 1999. v. 1.